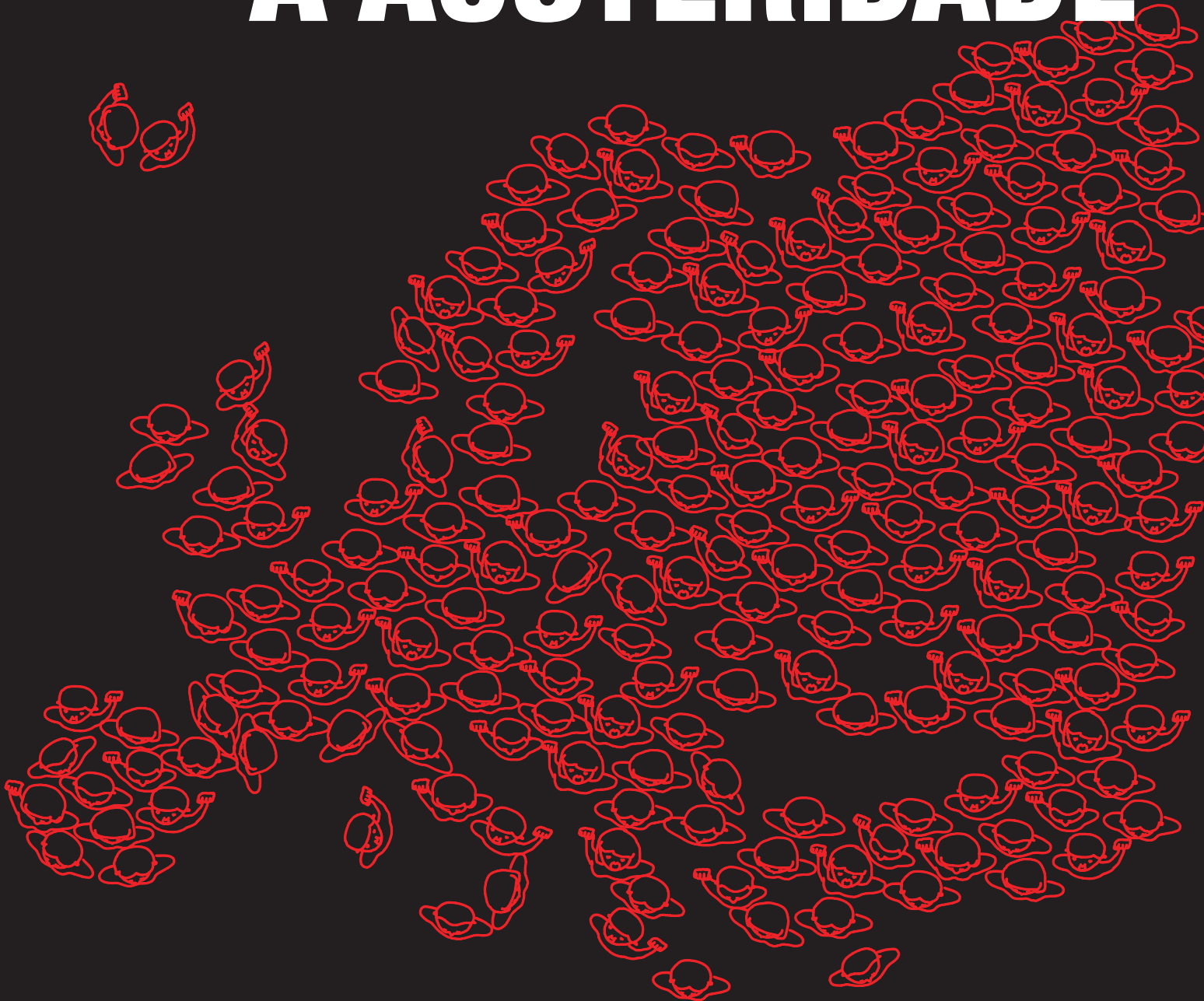




VIII CONFERÊNCIA NACIONAL UDP
POVOS DA EUROPA
UNIDOS CONTRA
A AUSTERIDADE



TRIBUNA01

Tribuna 1

VIII Conferência Nacional da UDP- Almada, 7 e 8 de Dezembro de 2013.

Conteúdo

CONVOCATÓRIA DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP	2
REGULAMENTO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP	3
REGIMENTO DA TRIBUNA DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP	5
PROPOSTA DE REGIMENTO VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP-AP	7
Propostas de teses para a VIII Conferência da UDP-AP	9
Dez Teses sobre a UDP e o Bloco no tempo das tendências	9
Povos da Europa unidos contra a Austeridade	13

CONVOCATÓRIA DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP

*"A DN da UDP aprova a **realização da VIII Conferência da UDP**, a acontecer nos dias **7 e 8 de dezembro**, que prosseguirá a discussão sobre o papel e as tarefas da UDP e aprofundará o debate sobre a evolução da situação europeia".*

Resolução da Direção Nacional de 13 de Outubro 2013

De acordo com o Artº 19 dos Estatutos, convoco a VIII Conferência Nacional da UDP, cuja sessão final será realizada em Almada nos dias 7 e 8 de Dezembro de 2013.

O Presidente da Mesa da Conferência Nacional da UDP

Luís Filipe Cruz Pereira

REGULAMENTO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP

Artigo 1.º

1. De acordo com o Artº 19 dos Estatutos, a Direção Nacional da UDP convoca a VIII Conferência Nacional da UDP, cuja sessão final será realizada, em Almada nos dias 7 e 8 de Dezembro de 2013.
2. As teses aprovadas pela Direcção Nacional a 2 de Novembro de 2013, serão imediatamente postas à disposição de todos/as os/as membros para discussão.
3. A distribuição das teses, Regulamento da Conferência, Regulamento da Tribuna da Conferência e Relatório de Atividades será feita exclusivamente por via eletrónica até ao dia 4 de Novembro de 2013, constituindo a Tribuna nº1.
4. Qualquer membro da UDP ou conjunto de membros poderá enviar propostas de emendas, aditamentos ou alterações, artigos de opinião, moções sectoriais e/ou teses alternativas parciais ou globais até ao dia 25 de Novembro de 2013, para a Comissão de Teses cujo endereço eletrónico é: **geral@udp.pt**.
5. Na Tribuna nº 2, a editar no dia 28 de Novembro, para além de artigos de membros da Associação, a Comissão de Teses informa que propostas incorporou ou não nas teses iniciais e publica na íntegra as propostas não incorporadas.
6. As propostas globais e parciais não incorporadas pela Comissão de Teses, subscritas por 10 membros (globais) ou 3 membros (parciais), podem ser levadas à Conferência. As emendas ou aditamentos não aceites podem ser levados à Conferência apenas com uma subscrição.

Artigo 2.º

A Conferência Nacional tem a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Abertura
2. Discussão e votação do relatório da Comissão de Direitos
3. Discussão e votação do Regimento da Sessão Final
4. Discussão e votação do relatório de atividades e contas
5. As tarefas da UDP
6. A evolução da Europa
7. Encerramento

Artigo 3.º

1. De acordo com os Estatutos, a Direcção Nacional incentivará o debate interno, nomeadamente através da publicação da Tribuna da Conferência.
2. De acordo com o ponto 6 do artº 19 dos Estatutos, cabe à DN editar a Tribuna da Conferência nas normas e preceitos definidos em regulamento próprio, sob a supervisão da Mesa da Conferência Nacional.

Artigo 4.º

1. Os plenários de debate serão organizados pelas respectivas coordenações distritais/regionais.
2. Nestes debates serão elaboradas atas em formato eletrónico onde conste: Nome, profissão e idade das pessoas presentes
3. A ata deve ser enviada à Comissão de Direitos até ao dia 4 de Dezembro de 2013.

Artigo 5.º

1. A inscrição na Conferência tem o valor mínimo de 5 euros. Excepção aos camaradas que assumirem não o poder fazer.

Artigo 6.º

2. A Sessão Final da Conferência Nacional tem a composição definida nos estatutos, considerando-se no pleno uso dos seus direitos as/os membros que tenham pago a quota até Outubro de 2013. As/os aderentes após Outubro de 2013, consideram-se no pleno uso dos seus direitos.
3. Na Sessão Final da Conferência poderão assistir convidados externos à UDP, sob a responsabilidade das estruturas distritais/regionais com informação ao Secretariado da DN.

Lisboa, 2 de Novembro de 2013

REGIMENTO DA TRIBUNA DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP

Artigo 1.º

A Tribuna da Conferência (TC) tem como objetivo o livre debate dos documentos entre o(a)s membros, contribuindo dessa forma para o seu aprofundamento e alterações. O(a)s membros da UDP devem considerar a sua participação na TC não só como um direito, mas assumir a importância de cada participação.

Artigo 2.º

1. A Tribuna da Conferência terá exclusivamente edição eletrónica.
2. A TC nº1 será colocada na página de internet da UDP e enviada de forma eletrónica para todos o(a)s membros.
3. A TC nº2 apenas será enviada para os endereços eletrónicos de todo(a)s membros.
4. Cabe às estruturas regionais fazer chegar a TC de forma impressa a todo(a)s o(a)s membros que não tenham endereço eletrónico.
5. Na Conferência Nacional Extraordinária as TCs estarão disponíveis de forma impressa a todos e a todas as/os conferencistas.

Artigo 3.º

Datas de publicação:

1. TC nº1 – dia 4 de Novembro de 2013.
2. TC nº2 – dia 28 de Novembro de 2013.

Artigo 4.º

A responsabilidade da edição da TC de acordo com os Estatutos é da DN, que delega na Comissão de Teses a responsabilidade da sua edição.

Artigo 5.º

Nos casos previstos nos números 4, 5 e 6 do Art.º 1.º do Regulamento da VIII Conferência Nacional, serão publicados na Tribuna nº2: teses globais alternativas, sendo o número máximo de páginas igual ao número de páginas apresentadas pela Comissão de Teses; artigos de membros da Associação, moções ou alternativas parciais de acordo com os citados pontos do Regulamento da Conferência Nacional.

Artigo 6.º

1. O prazo de entrega, dos textos referentes ao nº anterior, termina no dia 25 de Novembro de 2013;
2. O prazo de entrega de texto de contributo para a TC nº2, termina no dia 25 de Novembro de 2013.

Artigo 7.º

Os textos de contributo a publicar devem conter a identificação do(a) membro e serem enviados por meio eletrónico, não ultrapassando os 6.000 caracteres, incluindo espaços para o endereço geral@udp.pt

Artigo 8.º

1. Não serão permitidas, nos artigos a publicar, expressões injuriosas que firam o respeito mútuo que deve presidir num debate franco e leal.
2. O Secretariado, nos casos abrangidos pela alínea anterior ou pelo desrespeito ao espaço máximo dos artigos, deverá junto do(a) autor(a) ultrapassar tais irregularidades. Em caso de irredutibilidade, reserva-se o direito de decidir não publicar o artigo.

Lisboa, 2 de Novembro de 2013

PROPOSTA DE REGIMENTO

VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP-AP

1- A VIII Conferencia nacional da UDP-AP realiza-se a 7 e 8 de Dezembro de 2013 em Almada e tem a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Abertura
2. Discussão e votação do relatório da Comissão de Direitos
3. Discussão e votação do Regimento da Sessão Final
4. Discussão e votação do relatório de atividades e contas
5. As tarefas da UDP
6. A evolução da Europa
7. Encerramento

2- Horários

Dia 7

9h30m – início da credenciação

10h30m – início dos trabalhos

13horas – almoço

14h30m – reinício dos trabalhos

16h30m – intervalo

17h00m – reinício dos trabalhos

20h00m – jantar e fim dos trabalhos.

Dia 8

9h30m – Início dos trabalhos

13h00m – encerramento

3- Tempos de intervenção

Abertura - 7 min.

Ponto 2 - Comissão de Direitos 5 min., intervenção 3 min.

Ponto 3 – Mesa – 5 min., intervenção 3 min.

Ponto 4 – Relatório de atividades 5 min., intervenção 3 min. Ponto 5 – apresentação 12 min., intervenção 5 min.

Ponto 6 – apresentação 12 min., intervenção 5 min.

4- Apresentação de moções e teses alternativas

1. As Teses globais, parciais ou sectoriais não incluídas na Tribuna nº 2 devem ser enviadas até 3 dias antes da sessão final para informação atempada dos aderentes. Com prejuízo do conhecimento dos aderentes, as propostas podem ser presentes diretamente à sessão final da Conferência mediante a subscrição mínima de 10 membros (globais) ou 3 membros (parciais ou sectoriais) da associação e entregues à mesa até às 11:30 do dia 7. Um dos subscritores terá 12 minutos (globais) ou 5 minutos (parciais ou sectoriais) para a sua apresentação.

2. As emendas, adendas e acréscimos, serão presentes à Conferência se mediante pelo menos uma subscrição e entregues à Mesa da Conferência, antes do início do ponto respetivo. A defesa destas alterações é proposta é feita durante o período normal de intervenção do proponente.

3. Diversos

1 – Os telemóveis devem estar desligados ou em posição.

2- Os casos omissos neste regimento são deliberados pela Mesa, com recurso para plenário.

Dez teses sobre a UDP e o Bloco no tempo das tendências

Proposta de Tese para a VIII Conferência da UDP-AP

1. Vivemos um tempo novo no Bloco de Esquerda. Não apenas um novo ciclo político dominado pelo memorando da troika, pela duríssima austeridade e pela maior ofensiva de sempre contra o regime social e constitucional de Abril, para o qual o Bloco tem de encontrar as melhores respostas e o discurso mais claro. Também internamente o Bloco está a entrar numa nova fase, em que a articulação maioritária entre as correntes fundadoras e muitas pessoas fora dessas correntes deu lugar a novas relações de forças e a novas regras de organização democrática da sua pluralidade genética.

§ Este ciclo, com origem na fase de preparação da VIII Convenção e no processo de transição da liderança, consolidou-se com o lançamento da Plataforma Socialismo, apresentada inicialmente como projeto de "corrente única" ou "hegemónica", cujo manifesto considerava “esgotado e encerrado” o percurso das correntes originais e afirmava a pretensão de as superar.

2. O repto de formação de uma corrente única foi lançado publicamente pelos promotores da Plataforma Socialismo em forma de ultimato e sem contacto prévio com a UDP. Com o objetivo de analisar, debater e responder a este desafio, a UDP convocou uma Conferência Extraordinária, realizada em Fevereiro de 2013, cuja resolução final afirmava que:

“Os contributos políticos e ideológicos da UDP não são insuperáveis, mas não estão superados”.

E concluía, na parte resolutiva:

“O repto desta Conferência é que os aderentes da UDP participem livremente em qualquer plataforma política que dê continuidade e aprofunde a Moção A

e que a UDP prossiga na sua tarefa, indispensável para o Bloco de Esquerda, a sua existência e a sua identidade”.

§ Os militantes da UDP escolheram manter a associação enquanto corrente de pensamento marxista e afirmar a liberdade de cada um dos seus aderentes para se organizar em qualquer formação que surgisse no espaço da Moção A. A UDP pronunciou-se então pela compatibilidade entre a pertença a um espaço ideológico e a uma plataforma política, formas de organização interna com fins e tarefas distintas. Concluiu-se que o compromisso da UDP com a Moção A poderia passar pela construção conjunta de uma tendência que respeitasse a expressão organizada da pluralidade interna.

3. Logo após a Conferência, os promotores da Plataforma Socialismo tornaram clara a recusa da participação de aderentes da UDP – AP na Plataforma, posição consagrada em Junho de 2013 no Regulamento interno da entretanto chamada Tendência Socialismo (TS), ponto 4:

“São membros da TS os/as militantes do Bloco de Esquerda que subscrevam a sua plataforma política, não integrando outra tendência ou corrente que intervenha no espaço político do Bloco de Esquerda”

§ Esta condição aplica-se não só aos aderentes da UDP – AP, mas a todas as correntes, fundadoras ou não, presentes ou futuras, no seio do Bloco.

4. Com a formalização da Tendência Socialismo, foi a primeira vez que uma plataforma se constituiu no Bloco ao abrigo do direito de tendência, submetendo-se ao seu estatuto próprio. Esta realidade conferiu à TS uma legitimidade interna diferente da das correntes existentes, e abriu uma nova fase no Bloco de Esquerda.

§ Este tempo novo bloquista não é uma escolha da UDP, é um facto: caminhamos para um partido de tendências organizadas, abertas, que disputam o espaço interno do partido. Este quadro não se afigura melhor nem pior do que o anterior: é diferente, mas não original no panorama da esquerda europeia e internacional. E, tal como o esquema fundador do equilíbrio de correntes, também o modelo das

tendências acarreta riscos: nas décadas 60 e 70 do século passado, a cristalização de tendências facilitou a fragmentação de partidos de esquerda, na medida em que a formalização de tendências pode conduzir ao seu enquistamento, enfraquecendo o espaço de debate nas organizações do Bloco.

5. A 8.^a Conferência da UDP é chamada a apreciar e a pronunciar-se sobre este novo quadro bloquista, no qual não será difícil conjeturar diferentes arrumações de forças, novas configurações e alianças entre correntes e/ou tendências.

6. Ao longo de mais de uma década, o Bloco soube superar os desafios quotidianos do debate e da convivência democrática, criando espaços de compromisso. No futuro será de evitar a cristalização de opiniões entre e dentro das tendências. Os aderentes da UDP empenhar-se-ão em que a existência de tendências organizadas não distorça, antes expresse em novos moldes o pluralismo genético do Bloco, apanágio de uma esquerda alternativa, e a intensidade da sua democracia interna.

7. Os espaços próprios e comuns do Bloco não são apropriáveis por nenhuma tendência. Toda a prioridade da vida do nosso partido político tem de ser dada ao funcionamento democrático dos núcleos e coordenadoras, a todos os níveis. As tendências podem e devem contribuir para os debates, mas nenhum(a) bloquista se pode sentir excluído ou condicionado pela pertença (ou não) a qualquer tendência. O reforço da participação individual e da iniciativa de cada aderente é indispensável para prosseguir o nosso objetivo principal e comum: construir Bloco como partido de massas e força autónoma na esquerda.

8. No atual panorama bloquista há, naturalmente, muito espaço para além da única tendência até agora formalizada. Temos consciência de que, tal como outros bloquistas, os aderentes da UDP não quererão ficar de fora desta nova fase da organização interna do bloco e do desafio lançado para o debate democrático. Assim, no sentido do debate feito pela Conferência anterior, a 8.^a Conferência da UDP – AP valoriza a participação individual e livre dos seus aderentes em eventuais tendências a constituir no espaço político do Bloco de Esquerda, assim a sua formação não colida com o ideário e com a filiação na UDP – AP.

9. A UDP não desiste nem se transmuta em qualquer tendência do Bloco de Esquerda, nem lhe cabe apoiar organizadamente quaisquer tendências que nele se venham a constituir. Essa seria uma visão redutora, não só do carácter amplo dos espaços internos bloquistas, mas também do papel e das tarefas duma corrente comunista.

10. A UDP – AP vai prosseguir na sua tarefa, indispensável para o Bloco de Esquerda: a sua existência e a sua identidade própria de corrente comunista que promove o resgate, o aprofundamento e atualização permanentes do marxismo, através da revista “A Comuna” e de outros instrumentos de divulgação.

§ A Comuna precisa de um novo impulso através da componente formativa e de debate. Uma nova periodicidade para as publicações e a sua articulação com momentos de encontro reforçará o papel da revista como instrumento da luta teórica e ideológica.

§ A atualização das teses sobre o imperialismo, a crise do capitalismo, a revolução, o Estado de direito socialista e o pensamento marxista sobre as várias contradições sociais e as lutas emancipatórias são tarefas coletivas a prosseguir.

A atualização e divulgação do marxismo, em tempo de crise do sistema político e económico, é uma tarefa perante a qual os comunistas organizados na UDP só podem responder: presente!

A Comissão de Teses, após contributos da Direção Nacional de 2 de novembro de 2013,

Joana Mortágua, Alberto Matos, Bruno Góis, Catarina Oliveira, Fabian Figueiredo, Francisco Alves, Isabel Pires, José Castro, Pedro Filipe Soares.

Povos da Europa unidos contra a Austeridade

Proposta de Tese para a VIII Conferência da UDP-AP

1. As constituições europeias do pós-Segunda Guerra Mundial, e mais tardiamente a portuguesa conquistada na sequência do 25 de Abril de 1974, consagraram em diferentes graus uma cidadania com direitos sociais e laborais. O forte movimento operário e a necessidade de garantir a lealdade deste movimento no contexto da Guerra Fria, a necessidade de mão-de-obra qualificada e diferenciada a nível técnico e superior, a reconstrução europeia e a necessidade de relançamento económico pelo desenvolvimento da produção e do consumo interno foram fatores geradores dos Estados Sociais europeus.
2. O Estado Social, filho de imensas lutas operárias, é a marca identitária da Europa Ocidental do pós-guerra. São as suas conquistas, direitos e garantias que continuam sob ameaça das políticas de austeridade promovidas por todos os governos da Europa, tendo em vista uma mudança do regime social e económico por todo o continente, agravando os ataques que marcaram a ascensão do neoliberalismo.
3. A construção da União Europeia é um projeto do capital, não é neutro ideologicamente nem um espaço de conciliação de classes. A integração europeia pactuada entre a social-democracia e a direita nasceu contra os povos e quando, hoje, o capital impõe a austeridade como forma de recuperação da sua crise, fá-lo contra o Estado Social e o salário, fá-lo em retaliação contra as conquistas dos trabalhadores, para destruir os regimes constitucionais e substituí-los por novos, em tudo mais recuados: nos direitos civis como na exploração. Tanto mais brutais como mais conservadores e opressores.

No imperialismo global, na atual crise do capitalismo, os direitos laborais e os estados sociais europeus tornaram-se alvos a abater. A guerra de classes impõe baixar o fator

trabalho e esmagar qualquer possibilidade dos trabalhadores virarem o jogo.

4. A UDP sempre afirmou que o projeto da burguesia europeia era o de ataque ao modelo social europeu e o aumento da exploração. O Tratado de Lisboa é um dos expoentes dessa visão. Nele se delineiam todas as regras de contração orçamental que legitimam a austeridade. É ele que afirma um Banco Central Europeu nas mãos do capital financeiro e do *diktat* alemão, orientado apenas para a estabilidade de preços e sem qualquer controlo democrático. É este tratado que afirma o diretório e a arquitetura de poder que nasce do centro da Europa e submete os povos do sul. É ele que afirma veementemente a submissão da Europa à NATO. É um tratado liberal e militarista que nunca enganou os povos. Por isso mesmo, as elites europeias fugiram ao sufrágio popular. Apenas cinco povos se pronunciaram sobre este tratado e desses, três rejeitaram-no. Em Portugal foi um governo socialista que impediu o referendo.
5. O Tratado Orçamental é a agudização do caminho europeu da austeridade. Criado no pico da crise europeia, surgiu como afirmação da subjugação dos povos ao mundo da finança. Novamente os cidadãos foram impedidos de se pronunciarem. A burguesia criou regras de ouro para a acumulação e para a destruição do Estado Social europeu. A imposição de regras sobre o défice e sobre a dívida é a consagração de garrotes administrativos para alcançar avanços políticos e ideológicos. A narrativa da direita está já criada: as regras do Tratado Orçamental são as regras da manutenção do euro.
6. O projeto federador europeu, aprofundado em todos os tratados, é atualmente dirigido pelo ultra-nacionalismo alemão, que tem no Euro o seu novo Marco. O reforço dos mecanismos de controlo e de poder da União Europeia e do Banco Central Europeu, tal como todas as intenções federativas, têm como fim o reforço da centralização do poder em Berlim. Onde não há igualdade entre povos soberanos, o imperialismo das potências avança.

7. Do ponto de vista popular, a UE não tem capacidade de resposta à crise, é parte do problema. A falta de legitimidade democrática é naturalmente o verso da Europa do capital: só tem que se acreditar perante a burguesia e nunca perante o povo. Uma construção contra os povos não pode ser democrática. É hoje o principal instrumento de destruição de regimes sociais.

A União Europeia enfrenta uma crise de legitimidade sem precedentes. Depois de se ter imposto de costas viradas contra os povos, os povos ameaçam agora tirar a confiança à União Europeia. A construção europeia é a camisa-de-força da austeridade sobre os povos. O clima a que se assiste é o de velório do projeto europeu.

8. O triunfo do *austeritarismo* e a nova vaga conservadora têm provocado alterações significativas no mapa político-partidário da Europa. De forma geral pode-se afirmar que o centro tem-se movido para a direita. Os partidos liberais tradicionais, com forte enraizamento histórico nos países de capitalismo mais avançado do centro europeu, têm sofrido pesadas derrotas políticas - ficando mesmo de fora do Bundestag alemão pela primeira vez na história. A social-democracia pouco se distingue da direita tradicional. Se nas últimas duas décadas se redesenhou à custa da terceira via blairista social-liberal, hoje reproduz obedientemente todos os ditames da política de austeridade onde se encontra no governo.

A hegemonia política está num plano inclinado à direita. O panorama europeu dá-nos boa nota destas transformações concretas, pois a dominação de classe impõe alterações ideológicas: os conservadores triunfam e os sociais-democratas definham no liberalismo. Mesmo o PS francês faz notórias cedências ao conservadorismo. Os conservadores entrelaçam-se com a direita mais reacionária entre a direita democrática e a extrema-direita, como na França e na Itália. Onde isto não acontece, como na Finlândia, o campo democrático une-se contra a direita mais fascista.

A União Europeia não podia ser indiferente a estas movimentações ideológicas. É a onda conservadora e reacionária que esta a colocar em xeque a

UE por se basear no nacionalismo. O fecho de fronteiras é apenas a sua expressão mais visível. Tal como dizia a UDP na sua VII conferência “quanto mais intensa é a ofensiva para a destruição dos direitos sociais, maiores são os riscos que correm os direitos democráticos”.

9. Na ausência de fortes movimentos de esquerda, os termos do debate político são ganhos cada vez mais à direita. A recente vaga de extrema-direita na Europa já não é composta por grupos marginais. Têm legitimidade eleitoral e um programa permeável à cultura de massas. Aspiram a ser partidos de poder. Por isso são capazes de captar o voto popular e muitas vezes rouba-lo à esquerda. São movimentos identitários, com ultra-nacionalismo estreito e reacionário, têm um *agitprop* adaptado à crise, contra a corrupção do sistema político, os privilégios e a finança, têm nos imigrantes e nas minorias étnicas e sexuais os seus bodes expiatórios. Quando há crise procuram-se culpados. Ou a esquerda é eficaz a apontar os banqueiros e a alta finança ou a extrema-direita encontrará os seus culpados.
10. O apelo à ordem é convidativo em tempos de caos político, indefinição e instabilidade social, a confusão entre o que está em crise: se o sistema capitalista ou o sistema democrático. É o espaço do voto antissistema, que confronta o poder com a sua falta de legitimidade popular.
11. Para a esquerda construir barreiras ao ascenso de velhos fantasmas e capitalizar o descontentamento para o seu lado da barricada precisa de defender a democracia, ser intransigente no seu aprofundamento, reforçar a sua postura antissistémica, demonstrando claramente a raiz da crise capitalista. É chegado o tempo das revoluções cidadãs.
12. A proposta europeísta de esquerda é a da refundação democrática da Europa. A exigência de uma Europa que não seja a fonte da austeridade é a da rejeição do Tratado de Lisboa e do Tratado Orçamental. A esquerda não se prenderá a uma política de melhorias de uma arquitetura europeia caduca. O objetivo é o de tornar possível a verdadeira Europa dos Povos. A burguesia quis impor a

Europa da austeridade e da Finança; a esquerda afirma a Europa do progresso e dos direitos sociais.

A esquerda europeia deve avançar como oposição e alternativa nesta crise do sistema político-económico. O caminho é o da transformação social numa aliança dos povos europeus contra austeridade. A defesa de um processo constituinte europeu, feito pelos povos para combater o abuso da finança, abre perspectivas para a solidariedade e a cooperação internacional como alternativa às cadeias do imperialismo global.

A Comissão de Teses, após contributos da Direção Nacional de 2 de novembro de 2013,

Joana Mortágua, Alberto Matos, Bruno Góis, Catarina Oliveira, Fabian Figueiredo, Francisco Alves, Isabel Pires, José Castro, Pedro Filipe Soares.